

FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIVA

Artigo: 2º, nº 1, j)

Assunto: Serviços de construção civil – reparações eléctricas e instalação de equipamentos de climatização

Processo: A100 2007849 – despacho do Subdirector-Geral dos Impostos, em substituição do Director-Geral, em 19-12-2007

Conteúdo: 1.A exponente, enquadrada em IVA no regime normal trimestral, vem expor e solicitar o seguinte:

1.1 Tendo em conta a regra da inversão do sujeito passivo nos serviços de construção civil, a que se refere a alínea j) do nº 1 do artigo 2º do Código do IVA (CIVA), conjugada com os esclarecimentos prestados pelo Ofício-Circulado nº 30101, de 2007.05.24, da Direcção de Serviços do IVA (DSIVA), tem algumas dúvidas relativamente à sua aplicação, designadamente quanto a dois casos que descreve.

1.2 O primeiro caso refere-se a uma empresa que presta serviços de reparações eléctricas e electromecânicas. Questiona se os serviços forem prestados sob o regime de empreitada, na execução de instalações eléctricas que constituem a instalação inicial do prédio, se tem sempre aplicação a regra de inversão, e se esse entendimento é diferente, no caso de reparação de instalações eléctricas, já anteriormente efectuadas.

1.3 O segundo caso refere-se a uma empresa que presta serviços de instalação e manutenção de equipamentos de climatização. Quando procede à venda de equipamentos de climatização não aplica a regra da inversão, mas quando faz os serviços de pré instalação do ar condicionado, porque os bens ficam incorporados no imóvel, aplica a regra da inversão. Questiona se este procedimento se encontra correcto.

2.A alínea j) do nº 1 do artigo 2º do Código do IVA (CIVA), aditada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de Janeiro, refere que são sujeitos passivos do imposto as pessoas singulares ou colectivas que, de um modo independente e com carácter de habitualidade, exerçam actividades de produção, comércio ou prestação de serviços, incluindo as actividades extractivas, agrícolas e as das profissões livres, que disponham de sede, estabelecimento estável ou domicílio em território nacional e que pratiquem operações que confirmem o direito à dedução total ou parcial do imposto, quando sejam adquirentes de serviços de construção civil, incluindo a remodelação, reparação, manutenção, conservação e demolição de bens imóveis, em regime de empreitada ou subempreitada.

3.Nos termos do Ofício-Circulado nº 30101, de 2007.05.24, desta Direcção de Serviços, nomeadamente do ponto 1.2., para que haja inversão do sujeito passivo, é necessário que, cumulativamente:

a)se esteja na presença de aquisição de serviços de construção civil;

b)o adquirente seja sujeito passivo do IVA em Portugal e aqui pratique operações que confirmem, total ou parcialmente, o direito à dedução do IVA.

4.Refere o nº 1.3. do mesmo Ofício-Circulado que a norma em causa é

abrangente, no sentido de nela serem incluídos todos os serviços de construção civil, independentemente de os mesmos fazerem ou não parte do conceito de empreitadas ou subempreitadas a que se referem os artigos 1207º e 1213º do Código Civil.

A referência, no articulado, a serviços em "regime de empreitada ou subempreitada" é meramente indicativa e não restritiva.

Consideram-se serviços de construção civil todos os que tenham por objecto a realização de uma obra, englobando todo o conjunto de actos que sejam necessários à sua concretização.

Por outro lado, deve entender-se por obra todo o trabalho de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza, restauro e demolição de bens imóveis, bem como qualquer outro trabalho que envolva processo construtivo, seja de natureza pública ou privada.

Tal conceito, colhido no Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de Janeiro, não condiciona, no entanto, a aplicação do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 2º do Código do IVA apenas às situações em que, nos termos do referido normativo, seja necessário possuir alvará ou título de registo a que o mesmo se refere ou a quaisquer outras condições nele exigidas.

5. Refere, ainda, o mesmo Ofício, no seu ponto 1.5. que a mera transmissão de bens (sem instalação ou montagem por parte ou por conta de quem os forneceu) não releva para efeitos da regra de inversão (ponto 1.5.1.).

A entrega de bens, com montagem ou instalação na obra, considera-se abrangida pela regra de inversão, desde que se trate de entregas no âmbito de trabalhos contemplados pela Portaria 19/2004, de 10 de Janeiro, independentemente do fornecedor ser ou não obrigado a possuir alvará ou título de registo nos termos do DL 12/2004, de 9 de Janeiro (ponto 1.5.2.).

Excluem-se da regra de inversão os bens que, inequivocamente, tenham a qualidade de bens móveis, isto é, bens que não estejam ligados materialmente ao bem imóvel com carácter de permanência (ponto 1.5.3.).

6. Deste modo, no primeiro caso, a execução de uma instalação eléctrica, em virtude de se tratar de um serviço de construção civil, nos termos do ponto 1.3. do Ofício-Circulado (consideram-se serviços de construção civil todos os que tenham por objecto a realização de uma obra, englobando todo o conjunto de actos que sejam necessários à sua concretização), constando, inclusivamente, do Anexo I do referido Ofício-Circulado (Lista exemplificativa de serviços aos quais se aplica a regra da inversão), encontra-se abrangida pela regra da inversão.

A reparação de uma instalação eléctrica, em virtude de se tratar de serviços prestados de reparação de equipamentos que fazem parte do imóvel, não se encontra abrangida pela regra da inversão, desde que as reparações não impliquem serviços de construção, nos termos do Anexo II do mesmo Ofício-Circulado (Lista exemplificativa de serviços aos quais não se aplica a regra de inversão).

7. O fornecimento de equipamentos de climatização, com e sem montagem, referidos no segundo caso, tem, precisamente, de ser diferenciado tendo em atenção a montagem ou instalação dos referidos bens na obra.

Como já foi referido, nos termos do ponto 1.5.1. do Ofício-Circulado nº 30101, a mera transmissão de bens não releva para efeitos da regra de inversão.

Contudo, se além da transmissão daqueles bens, se proceder à sua instalação ou montagem na obra, dado que se trata de entregas no âmbito de trabalhos contemplados na Portaria 19/2004, de 10 de Janeiro, já tem aplicação a regra da inversão do sujeito passivo.

8. Resumindo, a execução de instalação eléctrica, referida no primeiro caso, e a transmissão de bens, com montagem ou instalação na obra, referida no segundo caso, encontram-se abrangidas pela regra da inversão do sujeito passivo, a que se refere a alínea j) do nº 1 do artigo 2º do CIVA, devendo as facturas emitidas pelos fornecedores ou prestadores de serviços não proceder à liquidação do IVA, colocando nas mesmas a expressão "IVA devido pelo adquirente", nos termos do nº 13 do artigo 35º do CIVA.

A reparação de equipamentos que fazem parte do imóvel (sem serviços de construção), referida no primeiro caso, e a mera transmissão de bens, referida no segundo caso, não estão abrangidas pela referida regra de inversão, cabendo aos fornecedores ou prestadores de serviços a liquidação do IVA que se mostre devido.